

# Secretários terão de se explicar

Guaíra Flor  
Da equipe do **Correio**

**O**s três últimos secretários de Saúde do governador Joaquim Roriz — Jofran Frejat, Aluisio Toscano e Paulo Kalume — têm 30 dias para explicar por que não impediram a crise da cirurgia cardíaca do Hospital de Base. A convocação será feita pelo Tribunal de Contas do

Distrito Federal e Territórios, que aprovou parcialmente a representação aberta pelo Ministério Público junto ao órgão.

Os problemas da cirurgia cardíaca foram denunciados pelo **Correio** em outubro deste ano. Faltam antibióticos, leitos, materiais cirúrgicos, equipamentos e remédios. Por causa das péssimas condições de trabalho, os médicos suspenderam as opera-

ções eletivas (marcadas com antecedências). O que pode ter matado três pacientes. Os óbitos estão sendo investigados pela 1ª Delegacia de Polícia.

Segundo a representação do Ministério Público, há indícios de que os três ex-gestores tenham adquirido remédios sem licitação, violado a lei de responsabilidade fiscal e ignorado a necessidade de trocar equipamen-

tos fundamentais para o bom funcionamento do setor. Se as suspeitas forem comprovadas, eles pagarão multa de até R\$ 12 mil ao governo e podem perder os direitos políticos. Por causa do prazo de defesa de 30 dias, o processo só será julgado no ano que vem, após o recesso do Tribunal.

Embora tenha aprovado a audiência, o TCDF não aceitou o pedido de “sobrestamento” (sus-

pensão) das contas da Secretaria de Saúde, referentes a 2002. “Isso significa que o Tribunal poderá aprovar as prestação de contas da secretaria, apesar de não termos concluído a auditoria do uso desses recursos”, explicou a procuradora do MP junto ao tribunal, Cláudia Fernanda de Oliveira. Ela solicitou uma auditoria especial na Secretaria de Saúde e no Fundo de Saúde do Dis-

trito Federal, ainda em julho, para apurar a falta de medicamentos e a precariedade do sistema. Até a sexta-feira passada, a apuração dos gastos não havia começado. Se as contas forem aprovadas, o MP tem o prazo de cinco anos para contestar a decisão. O problema é: a auditoria pode não ficar pronta nesse prazo. Isso impossibilitaria a punição dos envolvidos.